



## 6º Congresso de Pós-Graduação

### A FORMAÇÃO DE MEDIÓCRES SUBMISSOS NA UNIVERSIDADE PRIVADA

#### Autor(es)

---

FABIO CAMILO BISCALCHIN

#### Orientador(es)

---

LUIZ ANTONIO CALMON NABUCO LASTÓRIA

#### 1. Introdução

---

A bem da verdade, raramente a audácia caracterizou a profissão acadêmica.  
(TRAGTENBERG, 2004, p.15)

A nova servidão nasce no seio das universidades. Quando a universidade sucumbe primeiramente às autoridades externas, isto não significa a não atenção às urgências do meio em que está inserida, mas sim ao fato da submissão àquilo que se é ditado pelos poderes de seu tempo. Poderes estes constituídos pelas empresas, organizações, economia, ambições políticas, entre outros. Ao aceitá-los prontamente, ou por interesses de permanência dentro do 'mercado' competitivo da educação, ou para atender a benefícios próprios, surge a servidão.

#### 2. Objetivos

---

Entender a responsabilidade social como transformação dos pensamentos e ações da pessoa junto à sociedade implica, necessariamente, pensar a educação. Este artigo pretende focar o modo de atuar da educação universitária nos tempos de hoje, apontando, - a partir de autores históricos, entre eles o sociólogo alemão do início século XX, Max Weber, e o cientista político brasileiro do final deste mesmo século, Maurício Tragtenberg -, ao não compromisso da universidade, principalmente as privadas, com o 'bem comum' fruto de um compromisso social; mas, ao contrário, observa-se apenas o interesse destas em se manterem vivas neste 'mercado do ensino'. Alinhando-se, assim, seus esforços junto àqueles que detêm o poder: as empresas, as organizações, a burocracia estatal.

#### 3. Desenvolvimento

---

**Weber – O caso Bernhard[1]** e o princípio da submissão.

Em 1908 é noticiado que Ludwig Bernhard, nascido em 1875, foi nomeado para uma cátedra de economia na Universidade de Berlim, sem qualquer consulta à respectiva congregação da universidade, através da ação do diretor do departamento de assuntos universitários do Ministério de Educação da Prússia, Friedrich Althoff. A tradição das universidades para estabelecer uma nomeação acontecia através da elaboração de uma lista de indicações que, depois, passava a apreciação do ministro, detentor do poder oficial de

nomeação, e que habitualmente seguia as sugestões propostas pela congregação[2].

O escândalo da indicação de Bernhard foi o fato de o ministro tê-lo indicado por iniciativa pessoal.

Este fato parece ser o motivo inicial das argumentações e preocupações de Weber em muitos de seus escritos sobre a universidade. Para ele, tal imposição do poder do Estado, atrelado a mais pacífica aceitação, de grande parte, dos pares da Universidade de Berlim, indicam o perigo do desaparecimento dos homens eruditos de ciência para o aparecimento dos medíocres submissos.

“Por certo, agrada-nos ver que, ainda hoje, existem [na universidade de] Berlim, em muitas áreas, homens que são personalidades de proa na ciência e na erudição e, ao mesmo tempo, homens de caráter absolutamente independente. Contudo, o número de medíocres submissos, muito procurados por sua submissão, está, ao que tudo indica, crescendo ali mais rapidamente do que em qualquer outra parte. Agora, pessoas do tipo do Sr. Bernhard progridem – pessoas para as quais, do ponto de vista do governo, a nomeação para a universidade é essencialmente um ato de patrocínio, que confere vantagens financeiras e sociais.” (WEBER, 1989, p.39)

As vantagens financeiras e sociais obtidas com nomeações de ‘medíocres submissos’, mencionadas por Weber, parecem beneficiar ambas as partes: o Estado que impõe um nome para a Universidade e o professor que aceita a indicação, que na maioria dos casos, são efetuados com os termos já tratados e designados os privilégios sociais e econômicos de tal contratação.

Surge um **perigo**. Parece ser evidente então, que estes tipos de contratações-imposições não têm como fim, apenas, agradar alguém, ou, simplesmente obter benefícios econômicos disto. Sem dúvida o governo ao intervir desta maneira deseja trazer para si o controle de tudo o que se discute e se constrói nos âmbitos acadêmicos. Eis aí o perigo para o futuro de uma nação. Weber não fez previsões futuras sobre estes fatos, apenas afirmou que “eventos como o ‘caso Bernhard’, e as situações de que esse ‘caso’ é sintoma, estão fadados a diminuir seriamente o respeito que o corpo discente mantém pelos professores da universidade” (Cf. WEBER, 1989, p.45). Mas o organizador dos escritos de Weber ‘sobre a universidade’, Edward Shils, escreve na introdução desta obra algo assustador, ao afirmar que tais atitudes do Estado-impositor e da Universidade-passiva, levaria a muitos acadêmicos aceitarem o regime nazista, como consequência da subserviência da classe acadêmica alemã à autoridade do Estado e à erosão da sua integridade moral.

“Max Weber não fez previsões sobre a conduta dos professores alemães no período adverso que se seguiu a sua morte. (...) Não obstante, a capitulação de tantas personalidades acadêmicas alemãs ao regime nazista pode plausivelmente ser interpretada como indício da exatidão do diagnóstico de Max Weber relativo à complacência da classe acadêmica alemã em sua ânsia de subserviência à autoridade do Estado, e à erosão de sua integridade moral”. (SHILS, apud WEBER, 1989, p. 33-34).

### **Tragtenberg – Da submissão à delinqüência acadêmica.**

Maurício Tragtenberg em seu texto “Delinqüência Acadêmica”, inicialmente apresentado no ‘I Seminário de Educação Brasileira’, ocorrido entre os dias 20 a 22 de novembro de 1978, na cidade de Campinas, traz como uma de suas teses a idéia de que a universidade é lugar de dominação, de perpetuação do poder dominante. E, ela tenta gerar um engodo para aqueles que a enxergam assim, ao ostentar a bandeira da neutralidade, e do saber que está acima das contradições sociais. Ledo engano.

“A universidade é simplesmente uma instituição dominante ligada à dominação. Não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber “objetivo”, acima das contradições sociais”. (TRAGTENBERG, 2004, p.12).

Este posicionamento da universidade junto aos poderes de dominação traz à tona a **delinqüência acadêmica**. Tragtenberg oferece pelo menos duas definições para esta nova característica da universidade:

[1] A Delinqüência Acadêmica acontece quando o pensar está dissociado da ação. Em outras palavras, o aluno não entende a razão de estar estudando tal conteúdo, e por não entender, precisa decorá-lo. Deste modo, sua interação com o tema discutido é nula, fazendo-o se calar e, conseqüentemente, a ficar estagnado, parado, sem ação. Isto vai refletir inevitavelmente em sua ação dentro da sociedade, tornando-o passivo frente à construção da busca do bem comum.

“O pensamento está fundamentalmente ligado à ação. (...) A separação entre “fazer” e “pensar” se constitui numa das doenças que caracterizam a delinqüência acadêmica – a análise e discussão dos problemas relevantes do país constitui um ato político, constitui uma forma de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual. A valorização do que seja um homem culto está estritamente vinculada ao seu valor na defesa

de valores essenciais de cidadania, ao seu exemplo revelado não pelo seu discurso, mas por sua existência, por sua ação”. (TRAGTENBERG, 2004, p.17-18).

[2] Por esta razão, quando se busca o poder ao ponto de anular o entendimento, a razão, quando se impede o professor de estimular o pensar crítico do aluno e quando não se entende a necessidade da relação entre o pensar e a ação, a Delinquência Acadêmica, faz dos meios o fim e, com isto, o ser humano está fadado a virar história. É o fim da dignidade humana.

“A delinquência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam os fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cede lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, onde ‘administrar’ aparece como sinônimo de vigiar e punir – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em ‘Cemitério de Vivos’. (TRAGTENBERG, 2004, p.18).

A Delinquência Acadêmica, que é fruto desta nova configuração das relações no interior da universidade, traz alguns **perigos**, entre eles a ‘cumplicidade com o genocídio’. A responsabilidade de tais atos passa impreterivelmente pelos bancos acadêmicos, afinal “a não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de ‘delinquência acadêmica’ ou da ‘traição do intelectual’. Em nome do ‘serviço à comunidade’, a intelectualidade universitária se tornou cúmplice do genocídio, espionagem, engano e todo tipo de corrupção dominante, quando domina a ‘razão do Estado’ em detrimento do povo. (TRAGTENBERG, 2004, P.16).

[1] Texto escrito em 18 de junho de 1908 no jornal *Frankfurter Zeitung* sob o título de “*Der Fall Bernhard*”.

[2] A congregação de professores referida por Weber neste texto é entendida por nós hoje como ‘reunião do colegiado do corpo docente e outros representantes convidados’.

#### 4. Resultado e Discussão

---

##### **Os medíocres submissos na Universidade Privada.**

Os problemas expostos por Weber e Tragtenberg pensados dentro dos pátios das universidades públicas são elevados em muitos graus dentro das universidades privadas. Para não repetir tudo o que se disse até então, dois pontos de relevância complementar merecem destaque:

[1] A universidade que tem como proposta atender a demanda de necessidade do mercado de trabalho, direcionando a elaboração de seus cursos e a sua própria existência, para as urgências dos desejos do capital, acaba desvirtuando os fins pelos meios, criando assim, ‘assassinos em potencial’, o que vai prejudicar a própria necessidade final da empresa. Afinal, se um aluno aprende, por exemplo, que para sobreviver dentro deste mercado competitivo é preciso ‘matar o seu concorrente’, ele ao ser destinado a trabalhar em equipe terá grandes dificuldades no relacionamento, pois todos ao seu redor serão vistos como concorrentes. Logo, será preciso eliminá-los.

Uma universidade que produz pesquisas ou cursos a quem é apto a pagá-los perde o senso da discriminação ética e da finalidade social de sua produção – é uma multiversidade que se vende no mercado ao primeiro comprador, sem averiguar o fim da encomenda, isso coberto pela ideologia da neutralidade do conhecimento e seu produto. (TRAGTENBERG, 2004, p.16)

[2] Esta atitude de eliminar o concorrente muitas vezes não é bem entendida pelo aluno, mas cabe a ele aceitar as ordens e as máximas daquele que pronunciou tal tese. É

“formando, [assim], o professor-policial, aquele que supervaloriza o sistema de exames, a avaliação rígida do aluno, o conformismo ante o saber professoral.(TRAGTENBERG, 2004, p.12). O professor passa a ser um ‘semi-deus’, seus alunos se transformam em súditos, e cabem a eles apenas pensar até os limites estabelecidos por esta semi-divindade. É a origem da burrice, o ‘medo’ de infringir, de ultrapassar estas imposições; medo este, criado pela idéia de que se não se adequar está fora. Fora dos círculos sociais e, pior, fora do mercado de trabalho. Terrorismo.

#### 5. Considerações Finais

---

Para restituir o peso moral das universidades, é preciso **formar para o ‘bem comum’**. A saída de um

individualismo exagerado acontece quando se é capaz de reconhecer o 'outro'. Ao reconhecer o 'outro' a ação educativa passa a se preocupar em formar pessoas para o melhor convívio humano, deste modo, todos estariam empenhados na construção de uma sociedade mais justa e digna, e não em apenas buscar a 'sobrevivência' dentro deste mundo cruel e temeroso, pregado por aqueles que estão com o poder, paralisando qualquer tipo de ação daqueles que juntos poderiam gerar mudanças. Por esta razão, a universidade poderia ser um dos locais para estas mudanças, desde que ela permitisse a participação de todos.

“A autogestão pedagógica (isto é, a participação *real* de professores, estudantes e funcionários no meio universitário) teria o mérito de devolver à universidade um *sentido* de existência, qual seja: a definição de um aprendizado fundado numa *motivação* participativa e não no decorar determinados 'clichês', repetidos semestralmente nas provas que nada provam, nos exames que nada examinam, mesmo porque o aluno sai da universidade com a sensação de estar mais velho, com um dado a mais: o diploma acreditativo que em si perde valor na medida em que perde sua raridade”. (TRAGTENBERG, 2004, p.18-19)

Se a idéia e a ação em favor do “bem comum” fossem realmente desenvolvidas e incorporadas por todos dentro dos corredores e das salas de aula nas universidades, muitos treinamentos, indicadores de resultados, planos individuais de desenvolvimento, poderiam ser abolidos.

### Referências Bibliográficas

---

TRAGTENBERG, MAURÍCIO **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. (Coleção Maurício Tragtenberg; v.1)

SHILS, EDWARD, 'Nota introdutória: escritos de Max Weber sobre problemas da universidade'. In: WEBER, MAX, **Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica**. São Paulo: Cortez, 1989, p.31-35. – (Coleção Pensamento e ação; v.1)

WEBER, MAX, **Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica**. São Paulo: Cortez, 1989. – (Coleção Pensamento e ação; v.1)